

POLÍTICA, RELIGIÃO E ETNIA: VIDA RELIGIOSA NAS REGIÕES DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ DO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E NO IMEDIATO PÓS-GUERRA

René E. Gertz

Doutor em Ciência Política pela FU-Berlin;

Professor na PUCRS

1. O tema

Ainda que Getúlio Vargas tenha militado no positivismo comtiano que caracterizou parte dos políticos gaúchos da Primeira República, e que tenha dado o nome de Lutero para o primeiro filho para sinalizar seu distanciamento em relação à Igreja Católica, uma constelação histórica que se desenhou a partir da década de 1920 fez com que ocorresse uma gradual aproximação entre ele e importantes setores do clero católico brasileiro, aproximação que perdurou até 1945.

Nesse contexto, conta-se que na última eleição para a Assembleia de Representantes do Rio Grande do Sul da década de 1920 o arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, teria se empenhado em eleger monsenhor Nicolau Marx para, na qualidade de deputado, fazer a apologia do então governador do estado contra acusações de agnosticismo, e, portanto, como perigo para a Igreja (GERTZ, 2002, p. 100). Na presidência da República a partir de 1930, Vargas tomou medidas simpáticas ao clero católico, como o ensino religioso nas escolas públicas e a capelania militar. E essa aproximação se manteve nos anos seguintes, explicada, ao menos em parte, pelo nacionalismo crescente e pela prática de nacionalização que caracterizou tanto o governo federal quanto a Igreja Católica, no Brasil daquele tempo. Pode-se imaginar que essa “convivência” tenha atingido seu auge durante o Estado Novo (1937-1945).

Mas este não é o tema aqui. Mesmo que a tendência geral tenha sido essa, as situações concretas apresentam nuances, derivadas de circunstâncias locais, e mesmo pessoais. E, assim, foi justamente o binômio nacionalismo/nacionalização que deu

origem a alguns efeitos negativos sobre a vida religiosa de certos setores da população brasileira, incluindo católicos. Claro, na maioria dos casos que serão referidos, tratava-se de situações derivadas da origem étnico-nacional dos atingidos. Mesmo assim, pode-se tratar desse tema numa perspectiva religiosa, pois, inclusive, houve interessantes casos de ambivalência, em que a condição religiosa se sobrepôs à condição étnica, isto é, aquela não foi (ou foi menos) afetada que esta. Mas também aconteceram situações em que uma condição reforçou a outra. Este é o tema que aqui será desenvolvido, tendo como base geográfica o Rio Grande do Sul, e como espaço cronológico o Estado Novo (1937-1945), com uma breve incursão no período imediatamente posterior.

2. Nacionalismo e nacionalização

A campanha governamental de nacionalização – principalmente aquela referente às escolas e ao ensino ali ministrado, mas não só ela – desencadeada em 1938, com frequência, referia-se ao catolicismo como um dos elementos constitutivos da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, *A Notícia*, jornal do Rio de Janeiro, por exemplo, escreveu em 1941: “O Brasil uno deve ser construído no fundamento da unidade da religião *católica*. [...]. *Seitas protestantes que não encontrarem obstáculos no caminho acarretarão a quebra da unidade espiritual de nossa pátria, a quebra da unidade política*”. E a revista *Vida Policial*, da polícia civil gaúcha, em seu número 43, de fevereiro de 1941 (p. 5), afirmou que estava em andamento uma “luta contra a treva, do bem contra o mal, do sol contra o miasma; de Jesus contra Hitler, Mussolini e Tojo. Ele [o Estado brasileiro] defende o lar, a religião, a tradição, o passado, o futuro, o sangue! Brasileiramente! *Catolicamente!*” (FACHEL, 2002, p. 180-181 – grifos acrescentados). E, durante a Semana da Pátria de 1940, em Porto Alegre, o militar De Paranhos Antunes, ao referir-se aos meninos que eram trazidos das zonas de imigração para a Capital, afirmou que os “coloninhos” “virão dos grotões das colônias, das serranias distantes, dos confins do Rio Grande, para a feérie e o deslumbramento da Cidade Sorriso”, pois seria necessário “arrancar os filhos do colono e do caboclo do indiferentismo e à ignorância, é indispensável levar-lhes, com a cartilha do ABC, o catecismo da *nossa religião* e o breviário de nosso civismo” – mesmo que não dito, é óbvio que por “nossa religião” deve ser entendido, aqui, o catolicismo (LENZI, 1940, p. 23 e 24 – grifo acrescentado). Dentro desse clima, crianças luteranas teriam sido

constrangidas a frequentar ensino religioso católico em escolas encampadas pelo governo, dentro da política de nacionalização do ensino (FACHEL, 2002, p. 174).

Mesmo assim, pode-se imaginar que também cidadãos católicos tenham se sentido atingidos por um nacionalismo frequentemente exacerbado, promovido por instâncias governamentais ou por pessoas físicas. Nesse sentido, pode-se citar, como exemplo, documentação do colégio Visconde de São Leopoldo, onde se encontram declarações patrióticas de alunos, durante o Estado Novo, do seguinte teor: “Brasil, querida pátria, eu prometo, por minha honra, amar-te e desempenhar de forma satisfatória minhas funções, a fim de engrandecer-te, e, se necessário, lutar corajosamente até a morte por ti para que tu possas permanecer eternamente livre e respeitada” (HENTSCHKE, 2007, p. 394).¹ Essa afirmação está, no mínimo, muito próxima de uma idolatria expressa em relação à Nação ou ao Estado, e seus termos podem ter levado pais católicos – claro, também pais de outras confissões religiosas – a enxergar nela um excesso de patriotismo.

Mas não há dúvida de que as confissões religiosas mais atingidas pelo processo de que aqui se trata foram – ao menos no Rio Grande do Sul – as luteranas, ainda que, diante da importância atribuída ao catolicismo na afirmação do nacionalismo brasileiro, se possa imaginar que também outros grupos protestantes tenham sido atingidos por seus efeitos negativos. Uma folheada num manual sobre a história do metodismo no estado, por exemplo, não registra qualquer incidente no período (JAEME, 1963), mas, de fato, há notícias sobre problemas. Em correspondência, de dezembro de 1942, ao chefe de polícia do Rio Grande do Sul, o pastor luterano Hermann Dohms denunciou o apedrejamento de um templo metodista – uma igreja de origem norte-americana, uma nação que, naquele momento, era apresentada como grande amiga do Brasil –, que teria sido acompanhado por gritos de “morte aos protestantes” (FACHEL, 2002, p. 176).

Num romance histórico ambientado em uma cidade que deve ser Pelotas – ainda que não nominada –, o autor refere uma relação solidária entre o pastor luterano local Alberto Renk e o reverendo anglicano Silas Timóteo de Freitas, sugerindo que também anglicanos não se sentiram totalmente à vontade (TODT, 1980, p. 55-64). O autor relata que membros patriotas da comunidade vieram trazer ao reverendo uma bandeira brasileira, com o pedido de que fosse entronizada na igreja, ao lado do altar, ao que ele teria respondido: “Penso que no interior de uma igreja, salvo em solenidades cívico-

¹ No livro, a frase está em inglês, de forma que se trata, aqui, de uma reversão ao português.

religiosas, não há lugar para a bandeira”, rejeitando o pedido (p. 62). Mas esse tema só pode ser citado, neste contexto, sem qualquer pretensão de aprofundamento.

Cabe, portanto, primeiro, referir os efeitos sobre os luteranos. Abstraindo de “comunidades livres”, não ligadas a instituições eclesiais de maior abrangência – mais frequentes no sudeste do estado –, a maioria dos luteranos pertencia a duas igrejas diferentes, o Sínodo Riograndense e o Sínodo Missuri. O primeiro era numericamente maior, vinculado à Igreja Evangélica Alemã, o segundo mantendo relação estreita com uma instituição homônima nos Estados Unidos, e não restrito ao Rio Grande do Sul.²

Ainda que os membros de ambos fossem predominantemente de origem alemã, havia, além de diferenças teológicas, divergências históricas em relação à maneira de lidar com a identidade étnico-cultural. Enquanto o clero do Sínodo Riograndense, até a Segunda Guerra Mundial, estava quase exclusivamente constituído de pastores provenientes da igreja alemã, parte dos quais defendia a indissociabilidade entre fé cristã-luterana e “germanidade”, o clero do Sínodo Missuri era, em grande parte, estadunidense, ou de formação teológica norte-americana, e rejeitava, oficialmente, qualquer tentativa de vinculação entre religião e etnia, isto é, “germanidade”, mesmo que seus membros também fossem majoritariamente descendentes de alemães e os ofícios religiosos costumassem ocorrer em alemão (GERTZ, 1987, p. 93-94).

Considerando que as prevenções contra os EUA e contra aquilo que vinha de lá tenham sido menores que aquelas contra a Alemanha e contra aquilo que tinha relação com ela, que desde o final de 1941 a aproximação do governo brasileiro com o governo daquele país experimentava um crescendo, é lícito imaginar que tanto o sínodo quanto os fiéis “riograndenses” tivessem sido mais afetados que os “missurianos”. Mesmo que seja difícil mensurar essa questão, pesquisas históricas mais recentes mostram que ainda não é possível dar uma resposta inequívoca sobre o assunto.

Na década de 1930, quase todas as confissões religiosas no Rio Grande do Sul possuíam um sistema de escolas comunitárias, incluindo, por exemplo, os conhecidos educandários metodistas. E foi por essa via que a nacionalização começou a afetar a vida dessas igrejas, interessando aqui, especificamente, as luteranas (HOPPEN, [1986]; HOPPEN, 1991; KREUTZ, 1994; LEMKE, 2001; MÜLLER, 1994). Infelizmente, não

² Num passado mais recente, essas duas instituições atendem pelos nomes de “Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil” (IECLB) e “Igreja Evangélica Luterana do Brasil” (IELB). Como bibliografia básica para a primeira cf. PRIEN, 2001; DREHER, 2003; para a segunda, REHFELDT, 2003; BUSS, 2006.

há estudos pormenorizados sobre as pequenas escolas primárias interioranas, de forma que não há como comparar o destino das “riograndenses” com as “missurianas”.³

Há, porém, alguns dados a mais sobre as escolas maiores, urbanas. Naquilo que tange ao Sínodo Riograndense, cabe destacar o Seminário Evangélico de Professores (mais tarde, Escola Normal Evangélica), o Ginásio Sinodal⁴ e o Instituto Pré-Teológico, todos em São Leopoldo.⁵ Possivelmente por destinar-se à formação de professores, o primeiro foi o mais afetado. Seu diretor era o alemão Alderich Franzmeier, fato que contrariava a legislação nacionalizadora. Além disso, era alemão o presidente do conselho curador, e também vários professores. Diante da situação, o delegado de polícia de São Leopoldo deu um dia de prazo para que fosse designado outro dirigente. Em reunião do conselho curador de 16 de setembro de 1938, foi escolhido o professor brasileiro Gustavo Schreiber como diretor interino. Mas, menos de um ano depois, no contexto de um episódio ocorrido no Seminário Católico de Professores em Novo Hamburgo, em julho de 1939, diante da pressão da Secretaria de Educação do estado para encampar os dois estabelecimentos, o conselho curador o declarou temporariamente fechado, criando em seu lugar um Curso Comercial, sob a direção do professor Schreiber. Com isso, se conseguiu evitar que o patrimônio fosse incorporado ao estado (HOPPEN, 1991, p. 61-66). Em resumo, uma instituição tão importante para o Sínodo Riograndense quanto o Seminário Evangélico de Professores – afinal, os professores, via de regra, também exerciam funções eclesiais, como auxiliares dos pastores – foi afetado de forma profunda, no contexto em pauta.

Fundado em 1936, para entrar em funcionamento no início do ano letivo de 1937, o Ginásio Sinodal não se destinava à formação de “obreiros” para o Sínodo Riograndense. Seu objetivo era oferecer um bom ensino para filhos de uma elite luterana, dos quais a instituição eclesial esperava que se “infiltrariam”, através de seu saber, no tecido cultural, econômico, político, social da sociedade gaúcha e brasileira, fato do qual o sínodo, no médio e longo prazo, colheria frutos indiretos. Quando iniciou a nacionalização, sua direção teve o cuidado de promover atividades patrióticas, como festas cívicas, de forma que as autoridades o encaravam como

³ REHFELDT, 2003, p. 139 afirma que, em 1938, o Sínodo Missouri teve de fechar 24 de suas 139 escolas paroquiais, mas esse dado inclui outros estados, não só o Rio Grande do Sul.

⁴ Mais tarde, Colégio Sinodal.

⁵ No interior, havia escolas de alguma projeção em Santa Cruz do Sul (Colégio Mauá), Lajeado (Colégio Evangélico Alberto Torres), Ijuí (que teve vários nomes, até passar a chamar-se Colégio Evangélico Augusto Pestana), e todas elas foram afetadas pela nacionalização do período.

atendendo às novas determinações. A crônica da escola, inclusive, registra que em 3 de abril de 1938 o interventor Cordeiro de Farias em pessoa fez uma visita, acompanhado de três secretários de estado (J. P. Coelho de Souza, de educação; Walter Jobim, de obras públicas; e Maurício Cardoso, do interior), e aprovou aquilo que viu.

Não significa que as desconfianças, e a conseqüente vigilância, tivessem deixado de existir. No final do ano letivo de 1941, uma aluna, parente de Lindolfo Collor, foi reprovada. Naquele momento, o ex-ministro estava envolvido em intensa campanha contra o nazismo, e a reprovação foi interpretada, pela família, como perseguição política de inspiração nazista. A escola estaria tomada pelo nazismo, haveria transmissores de rádio em suas dependências, até os ferros das camas e os varais de arame serviriam de antena.⁶ Alguns meses depois, em 1942, o colégio, mais uma vez, se viu sob pressão, pois com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, e a declaração de guerra, tudo que se relacionava com o Sínodo Riograndense (tanto pastores quanto professores) foi asperamente criticado pelo então secretário de educação do estado, situação agravada em decorrência de um problema envolvendo uma escola coirmã do Sinodal, a Fundação Evangélica de Novo Hamburgo.⁷ Essa situação gerou nova medida formal contra o colégio, quando, no início do ano letivo de 1943, o Ministério da Educação cancelou a inspeção federal, fato que significava, na prática, o fim do reconhecimento oficial do colégio. Decorreram vários meses até que essa medida fosse revertida (HOPPEN, [1986], p. 31-34).

Mas a escola mais estreitamente ligada ao Sínodo Riograndense era o Instituto Pré-Teológico. Fundado em 1921, e dirigido pelo presidente do sínodo, pastor Hermann Gottlieb Dohms, correspondia a um seminário menor na formação teológica católica. Como não havia instituição para a formação de pastores, sua finalidade era preparar candidatos locais, brasileiros, ao estudo de Teologia na Alemanha. Ainda que Dohms fosse brasileiro nato, vários professores do colégio eram alemães, e, abstraindo das aulas de português, o ensino se dava de forma predominante em alemão.

Familiares de Dohms afirmam possuir informações seguras de que durante o período em que o Brasil esteve em guerra com a Alemanha um canhão, dentro do 8º Batalhão de Caçadores (hoje 19º BIMtz), esteve assestado na direção da casa da família,

⁶ De fato, alunos utilizavam galenas (aparelhos simples para captar transmissões de rádio), no colégio.

⁷ A respeito desta crise, cf. SANTOS, 2016, p. 206-239. A Fundação Evangélica era também uma escola de elite luterana, criada ainda no século XIX, destinada em especial para moças (MEYRER, 1997).

pronto para atirar.⁸ Mesmo assim, Dohms nunca foi preso ou sofreu constrangimento maior. E segundo depoimentos, o ensino no Instituto Pré-Teológico, em nenhum momento, deixou de ser feito predominantemente em alemão (ECKERT, 2009, p. 525; NAUMANN, 2009, p. 64). Esse fato sugere que havia casos em que o “respeito” à religiosidade superava as considerações de ordem étnica, de forma que, neste colégio, não só se tolerava a língua alemã no cotidiano, mas até no ensino.⁹

E neste ponto – mesmo que o tema ainda deva ser aprofundamento –, convém estabelecer um paralelo com a situação do Sínodo Missouri, afinal uma igreja cuja “matriz” se localizava nos EUA, cuja doutrina oficial rejeitava qualquer compromisso com a “germanidade”, e sobre a qual o principal responsável pela tentativa de salvar as escolas ligadas ao Sínodo Riograndense, o professor Willy Fuchs, teria ouvido do então secretário de educação, J. P. Coelho de Souza, em pessoa que “os obreiros da igreja dos missurianos são brasileiros mais leais do que os do [outro] sínodo” (HOPPEN, 1991, p. 65). O historiador Mário Rehfeldt relatou o seguinte sobre o seminário missuriano, o Colégio Concórdia, mostrando que não ficou imune à interferência nacionalizadora:

Ele não se enquadrava na classificação de escolas feita pelo governo por causa de seu caráter teológico. Um professor do estado, Dr. José C. de Lemos, foi indicado pelo governo para verificar se o programa de nacionalização foi realizado pelo seminário. Após alguns anos de ansiedade, foi feito um acordo com o governo, terminando com o medo de fechamento (REHFELDT, 2003, p. 151).¹⁰

Considerando que existe alguma bibliografia sobre os efeitos da nacionalização em escolas católicas das regiões de colonização alemã (KREUTZ, 1994), cabe aqui referir apenas, de forma breve, o caso da intervenção cirúrgica do governo do estado no Seminário Católico de Professores, em Novo Hamburgo. Originalmente mantido pela Associação Alemã Católica de Professores, com participação da União Popular, uma instituição social-cooperativa dos católicos de origem alemã do Rio Grande do Sul, esta última passou a ser proprietária-mantenedora a partir de 1930. A função do colégio era equivalente à do Seminário Evangélico de Professores, isto é, a formação de professores para as escolas das comunidades religiosas católicas das regiões de colonização alemã.

⁸ Informação fornecida por Viktor Dohms, neto de Hermann.

⁹ Claro, neste caso, entram em cena questões formais e pessoais que aqui não podem ser aprofundadas. Em termos formais, a escola tinha um caráter todo especial, pois se destinava, especificamente, ao preparo de candidatos a um estudo universitário na Alemanha. Em termos pessoais, Hans Günther Naumann (2009, p. 64) aventa a possibilidade de que essa “proteção” tenha derivado do empenho de Theodomiro Porto da Fonseca, então prefeito de São Leopoldo – mesmo que este tenha tido um filho, Mário Porto da Fonseca, que era conhecido por suas manifestações “nativistas”.

¹⁰ O autor ainda relata (p. 141) que em agosto de 1942 houve uma tentativa de invasão do colégio, por parte de manifestantes.

Um incidente ocorrido em julho de 1939, quando um aluno fez, diante de altas autoridades educacionais do estado, um discurso criticando a nacionalização, desencadeou reação muito forte por parte das mesmas, desembocando no fechamento do colégio (RAMBO, 1996, p. 203-225). Não deixa de chamar atenção o fato de que, em certo sentido, aqui a ação foi mais drástica que na correspondente escola luterana, ainda que se deva levar em conta que o arcebispo D. João Becker deu sua contribuição para esse desfecho, enquanto as lideranças do Sínodo Riograndense sempre se empenharam a fundo na tentativa de preservar suas instituições.

Até aqui foram referidas algumas consequências da campanha de nacionalização iniciada em 1938, então ainda específica para o campo educacional, sobre instituições pertencentes a igrejas. Mas no ano seguinte – mesmo antes de a guerra eclodir na Europa –, o decreto-lei federal 1.545, de 25 de agosto de 1939, desencadeou uma nacionalização mais geral, ao estabelecer, em seu primeiro artigo que

todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum.

No artigo 16, essa lei atingia, de forma direta, a atividade cültica, ao estabelecer que, “sem prejuízo do exercício público e livre do culto, as prédicas religiosas deverão ser feitas na língua nacional”. Para o Rio Grande do Sul, o chefe de polícia, Aurélio da Silva Py, assinou, em 6 de novembro de 1939, após entendimento com o ministro da justiça, portaria “amenizando” o citado artigo, estabelecendo, em seu item II, que “após realizada em vernáculo, é permitido aos sacerdotes ou ministros do culto repetirem a mesma [prédica] no idioma das pessoas estrangeiras presentes à cerimônia religiosa, se o número delas for bastante elevado e se julgarem oportuno”. Mas o item III limitava essa concessão: “A permissão concedida nos termos do inciso anterior somente prevalecerá para as sedes distritais (vilas e núcleos coloniais afastados, onde existem fiéis estrangeiros que ainda não sabem bem o português)” (PY, s. d., p. 194-195).

Os efeitos dessa medida sobre comunidades católicas de fala alemã ainda precisam ser estudadas, levando em conta, sobretudo, o posicionamento do arcebispo de Porto Alegre, D. João Becker, fervoroso patriota, que deu apoio integral à campanha nacionalizadora do governo. No entanto, não há dúvida de que entre o posicionamento e as determinações da alta hierarquia eclesiástica e as vivências dos fiéis havia uma

grande distância. Assim, o jesuíta Balduino Rambo conta que crianças apavoradas se penitenciavam, no confessionário, por terem falado em alemão (RAMBO, 1994, p. 0).

Para o Sínodo Riograndense, o pastor Dohms providenciou a tradução de prédicas de Lutero, que eram lidas nos cultos. Com a redução da importância das prédicas, hinos, cuja tradução também fora improvisada pelo pastor-presidente, ganharam importância no espaço cültico. A situação piorou após a declaração de guerra do Brasil à Alemanha, quando tudo se restringiu aos “cultos litúrgicos com santa ceia ou celebração do batismo, nos quais eram lidas explicações das perícopes dominicais. (...). Somente os pastores que tinham a licença expressa das autoridades policiais podiam proferir prédicas próprias na língua portuguesa” (PRIEN, p. 451, 458). Prática semelhante verificou-se no Sínodo Missouri, onde, no decorrer do tempo, sete pastores foram proibidos de pregar em qualquer língua (REHFELDT, 2003, p. 141, 145).

Depois da fala, também a escrita das igrejas foi afetada. Em 1941, a assim chamada “imprensa estrangeira” foi proibida, incluindo a imprensa eclesiástica ou religiosa. Neste caso, a imprensa católica de língua alemã pode ter sido atingida antes que a luterana, pois, nos acervos pesquisados, o último almanaque *Der Familienfreund* (Amigo da família), editado pela União Popular, a citada entidade cooperativista-religiosa, encontrado é do ano de 1940 – significando que a decisão de sua suspensão pode ter sido tomada já em meados de 1940, pois o material ia para a gráfica na metade do ano anterior à edição. A revista *Skt. Paulusblatt*, da mesma entidade, deixou de circular em 1941. Um almanaque editado por um seminário jesuítico, *Die Fahne des Heiligen Ignatius* (A bandeira de Santo Inácio) parou de ser editado no mesmo ano.

A imprensa luterana teve o mesmo destino. Segundo edição histórica do *Jornal Evangélico* da IECLB (Sínodo Riograndense), de agosto de 1988 (p. 10), desde 31 de março de 1940 o *Sonntagsblatt* tentou adequar-se, apresentando subtítulo em português (“Folha Dominical: órgão do Sínodo Riograndense”), mas, mesmo assim, só conseguiu sobreviver até 16 de fevereiro de 1941. E o almanaque *Jahrweiser* (Guia anual) circulou pela última vez em 1941. O *Kirchenblatt* (Folha Eclesiástica) do Sínodo Missouri já em 1939 apresentou a primeira página em português, mas também teve de fechar em setembro de 1941, enquanto o *Luther-Kalender* (Almanaque-Lutero) também circulou pela última vez no mesmo ano (REHFELDT, 2003, p. 141).

A bibliografia clássica referente aos efeitos de tudo isso sobre a vida eclesiástica e religiosa nas regiões de colonização alemã destaca, sobretudo, as perseguições aos

pastores luteranos (DREHER, 1994; DREHER, 2003; PRIEN, 2001; REHFELDT, 2003). Pouco se sabe sobre os padres católicos, ainda que haja referências a problemas que alguns deles enfrentaram – Balduino Rambo registra o caso do padre Kroetz, da região do Morro Reuter, que sofreu forte pressão de autoridades por ter-se manifestado veemente contra a política nacionalizadora na educação (RAMBO, 1994, p. 53).

Quanto aos pastores, 26 do Sínodo Riograndense (BEHS, 1987, p. 26) e 19 do Missouri (REHFELDT, 2003, p. 145) teriam sido presos, por tempo variado, alguns por muitos meses, na Colônia Penal Daltro Filho, em Charqueadas. Mesmo que, mais uma vez, estejamos frente a um tema que merece investigação mais precisa, os citados números sugerem que o Sínodo Missouri – em tese, menos antibrasileiro e “desnacionalizador” que o Riograndense – teve proporção não significativamente inferior ao do outro de seu clero afetado.¹¹ Além disso, desconhecem-se grandes processos e condenações contra pastores “riograndenses”. Em contrapartida, dois pastores “missurianos” foram condenados a penas de 30 e 20 anos, as quais só foram reduzidas após a guerra, de forma que ficaram encarcerados até 1946 (MARLOW, 2006; MARLOW, 2013).

Em 1942, os pastores estrangeiros tiveram de deixar as faixas de fronteira. No caso do Sínodo Riograndense, o pastor Dohms convocou seminaristas do Instituto Pré-Teológico, e os enviou como “pastores substitutos” para essas regiões. Mesmo sendo brasileiros natos, alguns deles foram presos. De Tuparendi, fora removido o alemão Herbert Wolff¹², e para seu lugar indicado o seminarista Edgar Liesenberg, preso três dias depois de sua chegada, sob a alegação de que trouxera “literatura alemã” (BEHS, 1987, p. 14). Como substituto de Liesenberg, foi designado o seminarista Kurt Benno Eckert. Para evitar dissabores, foi a Santa Rosa apresentar-se ao delegado de polícia do município. Inquirido por um policial sobre o motivo da visita, respondeu ser o novo pastor de Tuparendi e querer apresentar-se ao “senhor delegado”, ao que o policial respondeu, ríspido, “senhor *doutor* delegado”. Este perguntou se vinha de uma “colônia alemã”. Eckert respondeu que ela era bem brasileira, e que seu trabalho seria feito estritamente dentro das normas estabelecidas, ao que o delegado teria dito: “Bem, mas há uma coisa: para fazer um culto, o senhor deve apresentar um requerimento

¹¹ Segundo os almanaques *Jahrweiser* e *Luther-Kalender*, edição de 1939, o Sínodo Riograndense possuía 94 pastores, no Rio Grande do Sul, o Sínodo Missouri tinha aqui 61, mais 20 em outros estados brasileiros.

¹² Ele havia trabalhado na localidade desde 1933, e foi deslocado para o interior de Taquara. Ali foi preso, levado a Porto Alegre, onde teve de permanecer, mesmo depois de solto, após seis meses, motivo pelo qual passou a trabalhar como tintureiro na Renner (GAELZER, 2012, p. 55).

acompanhado da lista dos membros da comunidade”. Perguntando se isso deveria ser feito para cada culto, o delegado perguntou “mais alguma coisa?”, e despachou o pastor. Eckert ainda conta que certo dia um policial e uma senhora vieram visitá-lo para vender o famigerado livro *A quinta coluna no Brasil*, do chefe de polícia, Aurélio da Silva Py, e fazer uma assinatura da revista *Vida Policial*. Na dúvida, comprou o livro e fez a assinatura da revista (ECKERT, 2009, p. 454, 534-535).

Ernesto Fischer foi designado pastor para a mesma região, no município de Santa Rosa. Como tivesse notícias de que havia pastores e paroquianos presos na temida “Agrícola” de lá, foi falar com o delegado Ruas. Ao chegar à delegacia, este teria perguntado “de que igreja você é?”, ao que Fischer teria respondido: “do Sínodo Riograndense”. “Dessa gente perigosa! Essa gente me tem dado trabalho”. Fischer, então, apresentou-se como sargento do exército – e o delegado: “Está despachado”. Mais tarde, foi preso por ter falado alemão num velório. Um tenente, a quem apresentou sua documentação militar fez sua defesa diante do delegado, e só assim foi solto (FISCHER, 1987, p. 35).

Bertholdo Weber foi outro seminarista enviado como pastor-substituto, para Três de Maio. Lá foi convocado para o exército, incorporado ao 8º BC, em São Leopoldo.¹³ Como sargento, foi ali procurado por membros da comunidade local para officiar um culto patriótico, com a presença do comandante do quartel e do prefeito.

Quando a diretoria, visivelmente aliviada [após o culto] veio agradecer-me por ter “salvo a situação”, protestei contra esse “assalto” que aconteceu, e dei-lhe a entender que tais realizações cívico-religiosas bajulatórias, motivadas pelo medo e com o intuito de “pintar” a imagem de uma comunidade confiável, submissa aos poderes seculares, é incompatível com a fé da Igreja de Cristo e da confissão da Reforma. Este episódio pode ilustrar, porém, a pressão que sofreram nossas comunidades durante a guerra (WEBER, 1987, p. 45).

O mesmo Weber relatou outro episódio, com um final mais ameno. Foi convidado a dar um culto, numa outra comunidade, e

quando entrei na sacristia, a comunidade, avistando pela porta semiaberta um homem fardado, começou a inquietar-se, e alguns saíram correndo. O pastor [local], que poucos meses atrás tinha sido preso, torturado e depois libertado, à primeira vista também ficou atônito, mas logo me reconheceu, e me cumprimentou. Cobri então o meu uniforme com a veste litúrgica, o temido soldado da “*policie*” transformou-se em pastor, e o medo da comunidade em alegria (WEBER, 1987, p. 45).

¹³ Mais tarde, Weber seria incorporado à FEB, tendo servido como “pracinha”, na Itália (WEBER, 1996).

Um historiador “missuriano”, porém, escreveu que “os membros leigos tinham sofrido mais do que os pastores por causa das perseguições durante a guerra. Alguns até mesmo morreram na prisão” (REHFELDT, 2003, p. 157). Há relatos do apedrejamento da igreja luterana “riograndense” de Cachoeira do Sul, com tentativa de entrar a cavalo (ECKERT, 1994, p. 82). Em Pelotas, duas igrejas de nome São João foram incendiadas, uma “riograndense”, na área urbana, outra “missuriana”, no atual município de Cerrito, esta inclusive dinamitada. Este último ataque deixou profundas marcas na memória da região, pois, além da agressão ao templo, foi morto o paroquiano Pedro Guilherme Steffen Munsberg. Assim, mesmo que o nome oficial do lugar seja Passo do Santana, a localidade é mais conhecida como “Igreja Queimada” (FACHEL, 2002, p. 212-221).

3. A reconstrução

A título de brevíssima conclusão, pode-se aventar a hipótese de que todos esses acontecimentos derivaram de preconceitos profundamente arraigados na sociedade brasileira. Essa hipótese deriva do fato de que o retorno a certa normalidade, após a guerra, foi um processo lento. As próprias igrejas – em especial o Sínodo Riograndense – realizaram uma reflexão interna, de longo prazo, sobre os acontecimentos do período anterior (DREHER, 2003; PRIEN, 2001; BEHS, 2001; SCHÜNEMANN, 1992), mas dificuldades objetivas perduraram.¹⁴ Naquilo que tange à imprensa eclesiástica, o *Kirchenblatt* dos “missurianos” voltou a circular em janeiro de 1947 (BUSS, 2006, p. 40), enquanto a *Folha Dominical* dos “riograndenses” reapareceu em julho do mesmo ano.¹⁵ Mas a volta dos almanaques demorou mais, o “missuriano” *Luther-Kalender* reapareceu em 1948, mas o “riograndense” *Jahrweiser* só foi reeditado em 1949, o mesmo aconteceu com *Der Familienfreund*, da católica União Popular.

Mas ecos difusos se fizeram ouvir, cronologicamente, bem mais além. No jornal *Brasil-Post*, editado em São Paulo, a partir de dezembro de 1950, em sua edição de 24 de junho de 1951 (p. 6), se noticiou que se realizara recentemente a primeira missa em alemão na Igreja São José de Porto Alegre – comunidade tradicionalmente cognominada “dos alemães”. No mesmo jornal do dia 4 de janeiro de 1952 (p. 16),

¹⁴ Tema paralelo seria a investigação sobre aproximações ecumênicas entre igrejas. Nesse sentido, cabe, no mínimo, referir a colaboração entre “riograndenses” e católicos na organização da SEF (Socorro Europa Faminta), uma entidade que, no pós-guerra, angariou produtos e dinheiro para enviar à Europa devastada pela guerra (FERNANDES, 2005; GOODMAN, 2015, p. 113-154).

¹⁵ *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, agosto de 1988, p. 10.

noticiou-se que na inauguração da nova igreja “riograndense” em Novo Hamburgo, a 7 de outubro do ano anterior, não se pronunciara uma palavra em alemão, ao que a diretoria respondeu, na edição de 11 de janeiro de 1952 (p. 16), que a decisão fora tomada pela diretoria por causa da presença de autoridades e porque havia membros que se posicionaram contra o uso do alemão. Situação idêntica repetiu-se ainda em 1953, quando foi inaugurada nova igreja, também “riograndense”, em Santa Rosa, onde a diretoria apenas alegou possível constrangimento por causa da presença de muitas autoridades (edições de 9 de maio e 1º de agosto de 1953, p. 16 e 10, respectivamente).

Esses episódios mostram que o rescaldo dos acontecimentos do período da guerra foi demorado – talvez porque tivessem raízes profundas.

Referências

BEHS, Edelberto. Párcos alemães presos. Seminaristas assumem. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, 20-31 de dezembro de 1987, p. 14.

BEHS, Edelberto. *O processo de brasileiroamento da “Igreja dos alemães”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BUSS, Paulo Willi. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil* (vol. 2). Porto Alegre: Concórdia, 2006.

DREHER, Martin N. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994, p. 87-110.

DREHER, Martin N. *Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2003.

ECKERT, Kurt Benno. *Quando florescem os arrozais...: história da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Cachoeira do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1994.

ECKERT, Kurt Benno. *O sol nasce para todos: histórias narradas para meus netos*. Cachoeira do sul: Edição do autor, 2009.

FACHEL, José Plínio Guimarães. *As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2002.

FERNANDES, Evandro. *SOS Europa Faminta: Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

- FISCHER, Ernesto. Despachado pelo delegado, após 80 km a cavalo. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, 20-31 de dezembro de 1987, p. 35.
- GAELZER, Vejane. *Construções imaginárias e memória discursiva de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René E. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin N. (Org.). *500 anos de Brasil e Igreja na América Latina*. Porto Alegre: EST Edições, 2002, p. 98-105.
- GOODMAN, Glen S. *From “German Danger” to German-Brazilian President: immigration, ethnicity, and the making of Brazilian identities, 1924-1974*. Tese (Doutorado em História) – Emory University, Atlanta/Estados Unidos, 2015.
- HENTSCHKE, Jens R. *Reconstructing the Brazilian nation: public schooling in the Vargas era*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2007.
- HOPPEN, Arnildo (Ed.). *50 anos Colégio Sinodal*. São Leopoldo: Rotermond, [1986].
- HOPPEN, Arnildo. *Formação de professores evangélicos no Rio Grande do Sul – I parte (1909-1939)*. São Leopoldo: Edição do autor, 1991.
- JAEME, Eduardo Mena Barreto. *História do metodismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Empresa Gráfica Moderna Ltda., 1963.
- KREUTZ, Lúcio. A escola teuto-brasileira católica e a nacionalização do ensino. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994, p. 27-64.
- LEMKE, Marli Dockhorn. *Os princípios da educação cristã luterana e a gestão de escolas confessionais no contexto das idéias pedagógicas no sul do Brasil (1824-1997)*. Canoas: Editora da ULBRA, 2001.
- LENZI, Branca Regina (Org.). *Os coloninhos: Semana da Pátria, 1940*. Porto Alegre: Globo, 1940.
- MARLOW, Sérgio Luiz. *Nacionalismo e Igreja: a Igreja Luterana – Sínodo Missouri – nos “porões” do Estado Novo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova: o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2013.

- MEYRER, Marlise Regina. *Evangelisches Stift: uma escola para “moças das melhores famílias”*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1997.
- MÜLLER, Telmo Lauro. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994, p. 65-74.
- NAUMANN, Hans Günther. *Se você não assumir...: recordando a caminhada de um professor de professores*. São Leopoldo/Novo Hamburgo: Editora Sinodal/Echo Editora Gráfica, 2009.
- PRIEN, Hans-Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo/Petrópolis: Sinodal/Vozes, 2001.
- PY, Aurélio da Silva. *O nazismo no Rio Grande do Sul* (Relatório apresentado pelo Major Aurélio da Silva Py, chefe de polícia, ao Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal). S. l: s. e., s. d.
- RAMBO, Arthur Blásio. *A escola comunitária teuto-brasileira católica: Associação de Professores e Escola Normal*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1996.
- RAMBO, Balduíno. *Der gesprengte Katholikentag von Nova Petrópolis*. São Leopoldo: UNISINOS, 1994 (manuscrito).
- REHFELDT, Mário Luís. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil* (vol. 1). Porto Alegre: Concórdia, 2003.
- SANTOS, Rodrigo Luis dos. *Entre nomes, laços e interesses: formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.
- SCHÜNEMANN, Rolf. *Do gueto à participação política: o surgimento da consciência sócio-política da IECLB entre 1960 e 1975*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.
- TODT Junior, Henrique. *Fräulein: o drama de uma brasileira loura*. São Paulo: Editora Soma Ltda., 1980.
- WEBER, Bertholdo. Um pastor fardado na sacristia. Medo e correria. *Jornal Evangélico*, São Leopoldo, 20-31 de dezembro de 1987, p. 45.
- WEBER, Bertholdo. Um encontro na guerra. In: FISCHER, Luís Augusto; GERTZ, René E. (Coords.). *Nós, os teuto-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1996, p. 240-242.